

Sindicalista teme que solução agora gere o desemprego

"Nossa maior preocupação no momento é com os resultados que o corte de investimentos nas empresas estatais vai produzir no mercado de trabalho, pois alguns setores dependem quase que exclusivamente de encomendas do governo e os companheiros poderão ser vítimas do desemprego." A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, ao comentar o "pacote" econômico divulgado pelo governo. Sallentando não ter analisado mais profundamente as medidas adotadas pelo governo, o sindicalista frisou que as alterações promovidas no Imposto de Renda "não foram tão benéficas aos assalariados como disseram o presidente Sarney e o ministro da Fazenda, Dilson Funaro". De acordo com "Joaquinzão", na categoria metalúrgica, "os profissionais mais especializados deverão ser afetados pela nova medida, pois com o último reajuste passarão a receber pouco mais de seis salários mínimos."

Ainda sobre a questão da tributação, o sindicalista frisou que a mudança no IR não deverá beneficiar a classe média, segmento responsável pela recuperação da economia. Acrescentou considerar injusta a restituição do imposto retido na fonte durante este ano em parcelas, a partir de dez ORTN.

Quanto aos cortes nas mordomias determinados pelo presidente Sarney, Joaquim dos Santos Andrade considerou tal medida "extremamente justa para com os contribuintes" e comentou as demais medidas sociais contidas no pacote, acrescentando ser importante que o governo busque melhorar as condições de vida da população de baixa renda. Mas, exatamente sobre isso, "Joaquinzão" frisou que "não é apenas com a distribuição de leite para crianças que se atinge esta meta, é preciso também aumentar a oferta de empregos e os salários dos trabalhadores".

CONCLAT

A Conclat é contra o corte de 20% na contratação de serviços de terceiros (como determina o pacote). Segundo a organização sindical, é "lamentável que o governo continue querendo resolver seus problemas às custas do trabalhador e do desemprego". A Conclat denuncia que, "se este item não for imediatamente retirado do pacote econômico", 10.000 trabalhadores, principalmente na área de limpeza, ficarão desempregados.

BRIZOLA

O governador do Rio, Leonel Brizola, não quis comentar o pacote econômico do governo. Brizola observou

que não conhecia o pacote, e que não há, ainda, uma posição firmada do PDT com relação a aprovação ou reprovção das medidas econômicas anunciadas. Informou que não há compromisso algum por parte da bancada, "porque primeiro é necessário conhecer e estudar esse elenco de propostas".

TEMPORAL

O presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Amaury Temporal, disse ontem, no Rio, que o "pacote econômico" anunciado pelo presidente da República "é um documento politicamente hábil, pois dá a impressão de que as medidas vêm em socorro dos pobres e das pequenas e médias empresas". Mas, na sua opinião, essa expectativa não é verdadeira, "na medida em que o governo, ao mesmo tempo em que utiliza o Imposto de Renda como instrumento de redistribuição de renda, ao aumentar a isenção e tributar menos quem ganha menos, o aplica em escala maior nas empresas que acabarão repassando esse acréscimo nos preços finais de seus produtos".

Para Temporal, o consumidor beneficiado do peso da carga tributária incidente no seu salário acabará arcando com o aumento do tributo na mercadoria que consome. "Mais uma vez, quem vai pagar o custo da inflação é o setor privado, o que não deixa de ser um novo desastre para a sociedade brasileira", acrescentou.

"PROBLEMAS"

O diretor do Dieese no Paraná, Everlindo Henklein, afirmou ontem, em Curitiba, que o novo pacote não atendeu às três principais reivindicações dos trabalhadores, de trimestralidade, reposição salarial e regionalização dos índices. "Ao contrário, o novo índice poderá trazer problemas para os orçamentos dos trabalhadores, porque reduz o peso do item alimento, com relação ao INPC, e valorizará a despesa familiar em centros como Rio, São Paulo e Porto Alegre, onde o poder aquisitivo é maior e, portanto, bem diferente da maioria do País", afirmou.

"TIMIDEZ"

O presidente do Sindicato dos Professores e coordenador do Conclat em Goiás, Sílvio Costa, não ficou satisfeito com o pacote: "A timidez tem sido a característica geral do governo Sarney em relação às mudanças na política econômica e salarial. Ele acrescentou: "Em que pese essa timidez, essas mudanças não podem nem ser minimizadas nem superdimensionadas, pois constitui alguns remendos a mais nesta colcha de retalhos que é o governo Sarney, e sua política econômica e salarial".